

Com críticas, o Senado autoriza dívida municipal

Da Sucursal de
BRÁSILIA

Ainda estranhando o volume de endividamento dos municípios de São Paulo, em contraste com o de outros Estados, a Comissão de Justiça do Senado autorizou ontem mais cinco operações para a elevação de dívidas de cidades paulistas, no total de 6 milhões e 590 mil cruzeiros, em contratos com a Caixa Econômica Estadual.

Estava na presidência da comissão o senador Paulo Brossard (MDB-RS), que, de passagem, lembrou a frequência com que vinham sendo aprovadas operações de endividamento municipal em São Paulo, em transações autorizadas pelo governo federal que encaminhava os respectivos contratos ao Senado.

Em seguida, ponderou o senador Helvidio Nunes, da Arena do Piauí, ex-governador de seu Estado, que as dívidas contraídas pelos municípios paulistas geralmente são apenas para um tipo de obra, como a pavimentação pública ou a

construção de um estádio, "mas, numa cidade qualquer do Nordeste, bastaria um desses contratos para revolucionar todo o município".

A discussão, entretanto, terminou logo depois, quando o senador José Lindoso, Arena do Amazonas, vice-líder do governo, ponderou que à Comissão de Justiça cabe apenas verificar o aspecto legal, especialmente o constitucional, das operações de endividamento, ficando o mérito de cada uma delas para debate na Comissão de Finanças, enquanto a decisão final cabe ao Plenário do Senado.

Então, sem maiores problemas, a Comissão de Justiça aprovou as cinco novas operações de endividamento, sendo que quase a metade do total, 2.990 mil cruzeiros, vai para Itacemópolis construir um estádio e um pronto socorro. Todas as outras quatro cidades prometeram empregar suas dívidas em pavimentação pública: Tupi Paulista, 2 milhões de cruzeiros; Santa Lucia, 700 mil; Florida Paulista, 500 mil; Glicerio, 400 mil cruzeiros.